

O trabalho da Meta para proteger a integridade da eleição no Brasil em 2022

Proteger a integridade das eleições em nossas plataformas é uma prioridade da Meta. Formamos equipes, fizemos investimentos, estabelecemos parcerias, aperfeiçoamos ferramentas tecnológicas e reforçamos medidas adotadas para além de nossas plataformas para que estejamos prontos para a eleição que será realizada no Brasil em outubro de 2022. Apresentamos aqui um resumo de nossos esforços e aprendizados.



Prevenindo a interferência nas eleições

- Desde 2016, quadruplicamos o tamanho de nosso time global que lida com as áreas de segurança e integridade, chegando a mais de 40 mil pessoas. Conhecimento local é fundamental para que esse trabalho seja efetivo e, por isso, temos profissionais baseados no Brasil.
- Apenas em 2021, foram investidos cerca de US\$5 bilhões nessas áreas. Além da contratação de pessoas, apostamos no aperfeiçoamento de tecnologias.
- Nos últimos três anos, lidamos com mais de 200 eleições ao redor do mundo.
- Entre nossas ações na eleição municipal de 2020 [no Brasil](#), removemos mais de 140 mil peças de conteúdo que violavam nossas políticas de interferência na votação no Facebook e no Instagram antes do primeiro turno.
- Usamos inteligência artificial para identificar contas falsas. Atualmente, [99,7%](#) dessas contas são removidas antes mesmo de serem denunciadas.
- Nossas equipes de segurança investigam e interrompem, de forma contínua, [redes](#) que, de maneira coordenada, usam nossas plataformas para influenciar o debate público, ocultando quem está por trás de contas, páginas, grupos, ou o que estão fazendo.
- No caso do WhatsApp, o uso de automação para envio de mensagens vem sendo duramente proibido e combatido, uma vez que o aplicativo não é um espaço adequado para propaganda eleitoral profissional.
- O sistema de integridade do WhatsApp bane cerca de 8 milhões de contas por mês no mundo por adotarem padrão de comportamento anormal ou indesejado.
- Anúncios digitais sobre automação e disparo de mensagens no WhatsApp feitos fora da plataforma são derrubados, e medidas judiciais são tomadas contra as empresas responsáveis. Em todos os casos no Brasil, o WhatsApp obteve resposta favorável do Judiciário.
- Em julho de 2022, passamos a dar [menos ênfase](#) a comentários e compartilhamentos para determinar a distribuição de conteúdo político no Facebook no país. A mudança ocorreu após testes e feedbacks.
- Próximo às eleições, teremos o Centro de Operações para Eleições em funcionamento para acelerar ainda mais o tempo de resposta a possíveis interferências à integridade do pleito. Especialistas de diferentes equipes no Brasil e no mundo vão monitorar em tempo real potenciais violações de políticas em nossas plataformas.
- Temos regras específicas para o caso de figuras públicas publicarem conteúdo durante [atos de violência ou momentos de agitação civil](#), caso nossas restrições padrão não sejam suficientes.
- Estamos em diálogo aberto e permanente com autoridades eleitorais, partidos políticos, veículos de imprensa, sociedade civil e academia para entender mais sobre como podemos combater a desinformação, ações coordenadas inautênticas e receber denúncias sobre abuso em nossas plataformas.



Colaboração com autoridades

- Lançamos ferramentas para assegurar que as pessoas tenham acesso a informações oficiais sobre as eleições no Facebook e no Instagram. Desde dezembro de 2021, estamos adicionando um [rótulo](#) a postagens sobre eleições e política nos dois aplicativos, direcionando os usuários ao site da Justiça Eleitoral. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em dois meses, os acessos à homepage do portal aumentaram quase 10 vezes.
- Em maio de 2022, foram veiculados lembretes para emissão e atualização do título eleitoral no Facebook de usuários brasileiros. Perto das eleições, Facebook e Instagram exibirão lembretes sobre o dia de votação — uma ferramenta importante diante dos altos índices de abstenção.
- Com o objetivo de combater a violência online contra mulheres na política, lançamos um [guia](#) com o apoio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da organização Women's Democracy Network (WDN) – Capítulo Brasil.
- Como [um avanço](#) em relação a parcerias anteriores, em 2022, pela primeira vez, Facebook e Instagram têm um canal direto de denúncias para o TSE reportar conteúdos que possam estar violando as regras dos aplicativos. Uma vez recebida a denúncia, ela é analisada pela Meta.
- O [WhatsApp](#) conta com um canal extrajudicial de comunicação para recebimento de denúncias do TSE, lançado de maneira inédita nas eleições de 2020. O foco é o enfrentamento rápido a disparos de mensagens em massa.
- O combate à desinformação é feito principalmente por meio de informação confiável e de qualidade. Em parceria com o TSE, o WhatsApp desenvolveu o assistente virtual (chatbot) [“Tira-Dúvidas do TSE”](#), para permitir que os eleitores interajam diretamente com a autoridade eleitoral e recebam informações relevantes.



Combatendo a desinformação

- Nossos [Padrões da Comunidade](#) descrevem o que é ou não permitido na plataforma. Entre os conteúdos que são removidos do Facebook e do Instagram quando identificados estão, por exemplo, aqueles que desestimulam o voto ou interferem na votação. Esse é o caso de informações incorretas sobre a data da eleição. Removemos, ainda, conteúdos que possam contribuir diretamente para o risco de dano às pessoas no mundo offline.
- Trabalhamos com [agências independentes](#) de verificação de fatos para checar a veracidade de posts denunciados pelos usuários no Facebook e no Instagram. No Brasil, nossos parceiros são Agência Lupa, AFP, Aos Fatos, Estadão Verifica, Reuters Fact Check e UOL Confere.
- Os posts marcados como falsos, alterados ou parcialmente falsos têm sua distribuição reduzida de forma significativa. Se, ainda assim, o conteúdo aparecer no feed, ele é coberto para que as pessoas decidam se querem visualizar a publicação e, ainda, traz um rótulo com mais informações.
- Adicionalmente, posts classificados como falsos, alterados ou parcialmente falsos não podem ser impulsionados no Facebook e no Instagram.
- [Agências de checagem](#) parceiras também possuem canais de WhatsApp em que podem receber e levar informações verificadas aos usuários.
- O WhatsApp adotou uma série de medidas nos últimos anos para reduzir a viralidade de mensagens, como implementar etiquetas que indicam quando mensagens foram encaminhadas.
- Desde [2020](#), mensagens com cinco ou mais encaminhamentos só podem ser encaminhadas para uma única conversa por vez. Isso levou a uma redução global, também observada no Brasil, de 70% no número agregado de mensagens frequentemente encaminhadas.



Aumentando a transparência em anúncios

- Em 2022, um novo limite de encaminhamento foi lançado pelo WhatsApp: uma mensagem já encaminhada anteriormente só pode ser encaminhada para um grupo de WhatsApp por vez.
 - No intuito de empoderar o usuário e incentivar a verificação de conteúdo antes de ser compartilhado, o WhatsApp disponibiliza, para as mensagens frequentemente encaminhadas, [a função de pesquisar na internet](#).
-

- Exigimos que a publicidade sobre política e eleições veiculada no Facebook e no Instagram no Brasil seja identificada com [um rótulo](#). Para obtê-lo, os anunciantes precisam verificar sua identidade por meio de um processo de autorização antes de impulsionar os conteúdos.
- Na [Biblioteca de Anúncios](#), é possível pesquisar todos os posts com rótulos que tratam de política e eleições que foram impulsionados. Esses conteúdos ficam armazenados na biblioteca por um prazo de sete anos.
- Agora, a ferramenta fornece [mais informações](#) sobre as opções de segmentação para peças publicitárias sobre política e eleições.
- A partir de junho de 2022, as políticas de transparência em anúncios foram expandidas para a publicidade no Facebook e no Instagram feita no Brasil a respeito de [temas sociais](#), como economia, segurança e educação.